



# Plano Anual de Actividades 2007

Fevereiro 2007



## ÍNDICE

1. OBJECTIVOS .....	7
2. ACTIVIDADES A DESENVOLVER .....	11
2.1. SOCIEDADE .....	12
Mobilidade - Impactos e potencialidades .....	12
As TICs para um Mundo mais seguro .....	13
Comunidades de prática no espaço digital .....	14
Art. 35º da Constituição Portuguesa - Número Único Sim ou Não? .....	15
Crenças, Mitos e Paradoxos da Sociedade da Informação .....	16
Os Desafios da Economia da Informação .....	17
Literacia Digital e Certificação de Competências .....	18
Cidadãos com Necessidades Especiais e Acessibilidade .....	19
O Consumidor na Sociedade da Informação .....	20
Usabilidade na Sociedade da Informação .....	21
2.2. MERCADO & TECNOLOGIAS .....	22
As contrapartidas decorrentes das licenças do UMTS para a Sociedade da Informação .....	22
Ciência de Serviços - Uma nova área de conhecimento .....	23
RFID no quotidiano da sociedade .....	24
Televisão Digital Terrestre na Sociedade da Informação .....	25
Factura Electrónica instrumento da Sociedade da Informação .....	26
Impacto das novas regulações ( <i>Basileia II, Sarbanes-Oxley</i> e outras) no contexto da Sociedade da Informação .....	27

<b>2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....</b>	<b>28</b>
Ponto da situação das Compras Públicas no contexto da Sociedade da Informação.....	28
e-Justiça (Fase 2).....	29
Ponto de situação da Administração Pública Electrónica - A Estratégia de Lisboa .....	30
Geo-Competitivo II: Arquitecturas Organizacionais suportadas em Informação Espacial .....	31
<b>2.4. ACTIVIDADES REGULARES .....</b>	<b>32</b>
<i>Fórum</i> da Arrábida - A Nova Estratégia de Lisboa.....	32
Participação de Portugal na IFIP .....	33
Reforço da componente internacional da APDSI .....	34
Prémios e Homenagens "Sociedade da Informação" .....	35
Prémio "Personalidade do Ano no domínio da Sociedade da Informação" .....	35
Prémio "Editorial APDSI Sociedade da Informação" .....	36
Homenagem a "Uma Vida" .....	36
Olimpíadas da Informática.....	37
Debate com os partidos políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento .....	38
Barómetro da Sociedade da Informação .....	39
Grupo de Alto Nível (GAN) .....	40
Grupos especializados no âmbito da APDSI.....	41
Grupo "Negócio Electrónico" (GNE) .....	41
Grupo "Educação" (GE).....	42
Grupo "Justiça" (GJ).....	42
Grupo "Saúde" (GS) .....	42
Grupo " <i>Fórum</i> Profissional" (GFP) .....	42
Leis Portuguesas na Sociedade da Informação e do Conhecimento .....	43

<b>2.5. OUTRAS ACTIVIDADES .....</b>	<b>44</b>
Obtenção do estatuto de utilidade pública para a APDSI .....	44
<i>Road Show</i> para a Sociedade da Informação .....	45
Bolsa de equipamento informático usado, para fins de natureza social .....	46
Bolsa de equipamento informático - Definição, Construção e Montagem .....	47
Bolsa de equipamento informático - Gestão da Bolsa .....	47
Glossário da Sociedade da Informação - Versão 2007 .....	48
 <b>2.6. EM FASE DE CONCLUSÃO .....</b>	 <b>49</b>
A Sociedade da Informação como potenciadora das actividades das ONGs .....	49
O Desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal .....	50
Condicionantes económicas da construção da Sociedade da Informação .....	51
O Papel da Sociedade da Informação no aproximar das Regiões .....	52
Promover a inclusão pela via da Sociedade da Informação e do Conhecimento .....	53
e-Inclusão - Um desafio para Portugal .....	54
A Ética no contexto da Sociedade da Informação .....	55
Identidade Digital .....	56
Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento .....	57
Tele-Medicina - Onde estamos e para onde vamos .....	58
A Competitividade da Indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da Sociedade da Informação .....	59
Fazer crescer o mercado da Sociedade da Informação em Portugal .....	60
Gestão de Direitos Digitais (GDD) .....	61
<i>Software</i> Livre - Expectativas e realidades .....	62
Parcerias Público-Privado (PPP) no contexto da Sociedade da Informação .....	63
Reinventar um grande processo básico da Administração Pública .....	64
Administração Pública Local - Perspectivas de desenvolvimento no âmbito da Sociedade da Informação .....	65

Evolução do Analógico para o Digital no domínio do trabalho .....	66
Comemorações dos "Dez anos da Sociedade da Informação em Portugal" .....	67
<b>3. CONCLUSÕES .....</b>	<b>69</b>

# 1. OBJETIVOS

O Plano de Acção que se apresenta pretende dar continuidade às actividades desenvolvidas pela Associação em anos anteriores e ser a base de referência da intervenção da APDSI, no sentido de estimular e dinamizar a concretização das expectativas, oportunidades e benefícios que o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento poderá trazer a Portugal.

Num mundo em contínua evolução importa que, de uma forma permanente, sejamos capazes de nos interrogar sobre o modo como as coisas acontecem e as razões pelas quais muitas outras não se materializam. De uma forma criativa e construtiva obrigamo-nos a contribuir para uma dinâmica que ajude a entender e a desenvolver uma sociedade moderna onde a informação e o conhecimento sejam o suporte do desenvolvimento.

A necessidade de perspectivar o futuro é uma constante em todos os países em que se acredita que a Sociedade da Informação e do Conhecimento é um dos eixos do desenvolvimento. No caso português, o País poderá encontrar na APDSI um parceiro mobilizador de ideias e de acções.

Tal como no Plano do ano anterior pretende-se que os resultados das diferentes actividades, nomeadamente estudos a realizar por especialistas, *workshops*, manifestos ou cartas de intenções, envolvendo entidades com intervenção relevante na sociedade, possam ser considerados como contributos de alto valor na definição de políticas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento. Em particular, o contributo do GAN - "Grupo de Alto Nível" tem sido determinante para o posicionamento da APDSI como uma voz da sociedade civil com pensamento estruturado em relação aos grandes temas que se enquadram no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento

Neste Plano de Actividades a organização das iniciativas segue a lógica implícita nos fins a que cada uma se destina. Assim, o primeiro conjunto refere-se a iniciativas orientadas à 'Sociedade', o segundo visa o 'Mercado e as Tecnologias' e o terceiro a 'Administração Pública'.

Incluem-se também categorias respeitantes a 'Actividades Regulares', a 'Outras Actividades' de carácter híbrido e, finalmente, as "Actividades em fase de conclusão" as quais transitaram do Plano de Actividades anterior e que têm a sua conclusão prevista para 2007.

Algumas actividades, muito em especial as que requerem intervenção altamente qualificada de recursos humanos, só são exequíveis com o empenhamento directo dos sócios da APDSI. Os sócios individuais contribuem como autêntico capital humano, e os sócios institucionais contribuem com recursos financeiros e também com capital humano.

As actividades da Associação são o fruto desta generosa simbiose.

Pretende-se concluir no 1º semestre deste ano as comemorações do 5º aniversário da APDSI e, simultaneamente, dos “Dez Anos da Sociedade da Informação em Portugal” (que se iniciaram no 4º trimestre de 2006), as quais englobam um conjunto diversificado de iniciativas. Trata-se de uma aposta, na linha de outras levadas a cabo pela APDSI, que procura contribuir para a construção do futuro, no contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento, tendo como ponto de partida a nossa memória colectiva que se impõe preservar.

# apdsi



associação para a  
promoção e desenvolvimento  
da Sociedade da Informação

## **2. ACTIVIDADES A DESENVOLVER**

## 2.1. SOCIEDADE

A sociedade em que vivemos é marcada por uma cultura de mobilidade, fortemente potenciada pelo desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias. Uma parte muito significativa das comunicações móveis de voz são já efectuadas dentro dos edifícios, existindo uma grande aposta de quase todos os intervenientes das TICs na oferta de soluções convergentes de mobilidade para voz, dados e Internet recorrendo às mais variadas tecnologias de acesso, de que são exemplo *Bluetooth, GSM, UMTS, WLAN, VSAT, LMDS, DAB, DVB* ou *xDSL*.

O suporte à itinerância é uma característica fundamental na oferta de Redes Privadas Virtuais e de soluções empresariais - *Business Everywhere* - sendo o *WiFi* uma das modalidades que mais suporta essa itinerância, na linha de uma convergência activa de tecnologias no sentido da ubiquidade computacional.

Este estudo pretende perceber de que modo o conceito de mobilidade afecta já hoje o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, bem como as suas tendências de evolução. Importa avaliar o impacto do conceito ao nível da organização da vida em sociedade, que oportunidades e ameaças para as organizações, as empresas e o quotidiano dos cidadãos. Que novos modelos de negócio se perspectivam?

### Mobilidade - Impactos e potencialidades

**Nº:** 1084

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

O mundo está a entrar numa nova Era evidenciando-se alguns sinais que fazem adivinhar mudanças radicais no equilíbrio de forças que suporta a teia global de relações internacionais, conduzindo a um novo capítulo da História.

Actualmente qualquer cenário associado à sociedade moderna decorre de mudanças que se iniciaram com o 11 de Setembro de 2001, o qual constituiu a pedra de toque para uma tentativa de mudança do sistema mundial e que se revela mais premente à medida que se vão conjugando diversos outros aspectos societários.

É um facto que poderes que historicamente se concentravam (tecnologia, informação, e comércio) para dar poder a um Estado, estão hoje espalhados pelo mundo. O desenvolvimento tecnológico e científico é um factor que contribui de forma decisiva para a mudança que se aproxima, sendo a tecnologia, na sua generalidade, um dos factores que mais alteram o pensamento estratégico.

Pretende-se com este estudo reflectir sobre o papel que as TICs, como parte importante do conjunto das tecnologias modernas, podem desempenhar na sociedade, nomeadamente influenciando a segurança - dos cidadãos e da sociedade no seu todo, sem descuidar a protecção dos direitos, liberdades e garantias fundamentais

## As TICs para um Mundo mais seguro

**Nº:** 1077

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento significativo na utilização de tecnologias da sociedade da informação na criação de Comunidades de Prática, ou seja, grupos de pessoas de uma mesma área de conhecimento que compartilham experiências na solução de problemas, ideias e melhores práticas, visando preservar e melhorar as suas competências.

Estes grupos são constituídos por pessoas e/ou instituições que possuem objectivos, interesses, preocupações ou problemas comuns e que voluntariamente decidem partilhar e trocar ideias, experiências e conhecimentos. Nas organizações (públicas e privadas) as comunidades de prática garantem cada vez mais o fluir do conhecimento através das diversas unidades organizacionais, promovendo o seu funcionamento colectivo integrado.

Elas facilitam e aceleram a partilha de Melhores Práticas, de Lições Aprendidas e de qualquer outro conhecimento, rompendo as fronteiras formais da organização.

A APDSI pretende desenvolver um estudo sobre a situação das comunidades de prática no nosso país, analisando os benefícios e os riscos associados à sua utilização cívica e empresarial.

## Comunidades de prática no espaço digital

**Nº:** 1079

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

A existência de mecanismos que protejam cidadãos e empresas da utilização abusiva dos seus dados constitui uma garantia fundamental num Estado de direito democrático. Nesse sentido o nº 5 do artigo 35º da Constituição da República Portuguesa determina a proibição da atribuição de um número nacional único aos cidadãos.

Embora as leis nacionais visem a protecção de alguns direitos, existem diferenças que podem criar obstáculos à livre circulação de informação e encargos adicionais aos operadores económicos e aos cidadãos. Em certos casos, pode haver um conflito entre dois valores constitucionalmente previstos: o direito à informação (que pode ser titulado por várias pessoas), e o direito à reserva da vida privada (do qual faz parte a protecção dos dados pessoais). Encontramo-nos assim perante a existência de dois direitos antagónicos.

A realização eficaz e eficiente dos fins do Estado no domínio da promoção da justiça e da igualdade, e também no que respeita à prestação de um serviço completo e de qualidade aos cidadãos (contribuindo para a transparência da administração pública, para a redução de custos e para o aumento da produtividade ao nível do País), conduz-nos a posições muitas vezes controversas sobre a actualidade e conveniência do artigo 35º da Constituição.

A APDSI propõe-se dar início a um debate público sobre a actualidade e a conveniência decorrente dos termos actuais do artigo 35º da Constituição da República Portuguesa, através de conferência sobre os “Prós e Contras” de cada uma das opções em relação ao futuro do “Número Único”.

## Art. 35º da Constituição Portuguesa – Número Único Sim ou Não?

**Nº:** 1075

**Natureza:** Conferência

**Prazo de execução:** 6 meses

## Crenças, Mitos e Paradoxos da Sociedade da Informação

A noção de sociedade da informação interioriza, no período histórico que estamos a viver, um conjunto de crenças, mitos e mesmo paradoxos. Estas são, ao mesmo tempo, expressões de necessidades e aspirações e também de receios, de “magias” e contradições, percebidas das mais variadas formas pelos diferentes intervenientes sociais.

Alguns cientistas sociais e investigadores falam da Sociedade da Informação como correspondendo a uma certa forma de ideologia. Poderá ser importante estudar e explorar esta perspectiva sobre a Sociedade da Informação. Assim, este estudo pretende fazer uma reflexão sobre a sociedade da informação centrada numa perspectiva sociológica, no sentido de identificar, confrontar e compreender relações e dinâmicas inerentes ao entendimento e à percepção dessa mesma sociedade.

Importa analisar as contradições entre o que imaginamos serem os factos e o que eles são realmente (percepção da sociedade da informação), e que são introduzidos pela revolução das TIC num contexto de uma economia globalizada e globalizante.

A apropriação dos benefícios da sociedade da informação é fortemente determinada pela capacidade de podermos navegar numa área em que o processo de conhecimento nem sempre se apresenta linear e lógico, e também pela capacidade de se vislumbrar para além do que parece ser evidente. Este estudo pretende ser uma contribuição nesse sentido.

**Nº:** 1043

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Eng.<sup>a</sup> Conceição Casanova

**Prazo de execução:** 12 meses

## Os Desafios da Economia da Informação

Quem está na nova economia, nascida com o que alguns chamam a “Revolução da Informação”, dá-se conta de múltiplos paradoxos que inspiraram nos últimos anos o pensamento de autores bastante controversos.

Na medida em que a disponibilidade da tecnologia aumenta e os custos diminuem, alguns autores preferem classificar as TIC como mercadorias (*commodities*), passando a ser cada vez menos determinantes do ponto de vista estratégico. Será que é mesmo assim?

As novas regras da concorrência, as transformações nos vários sectores, o funcionamento das novas empresas e ambientes operacionais interligados em rede, as novas ferramentas de negócio electrónico (*e-business*), a administração pública electrónica (*e-government*), a universalidade do acesso e a exclusão social, são alguns dos temas críticos na emergência da moderna Economia da Informação.

Hoje em dia são frequentes os produtos e serviços baseados na informação e no saber, de relevância económica crescente, que em virtude do seu baixo custo de reprodução e de distribuição lançam novos desafios e novas questões e desencadeiam novas oportunidades.

Dada a volatilidade observada neste sector da economia nos últimos anos, e os desafios que se colocam à sociedade contemporânea, a APDSI propõe-se elaborar um estudo sobre o estado e as tendências da Economia da Informação em Portugal.

**Nº:** 1044

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Dr. Joaquim Alves Lavado

**Prazo de execução:** 6 meses

A sociedade da informação e do conhecimento exige literacia digital em todo o espectro da sociedade. Embora a aprendizagem possa ocorrer de forma quase espontânea em certas situações, como acontece com muitas crianças e muitos jovens confrontados muito cedo com experiências de utilização, ela requer na generalidade das situações padrão, formação devidamente orientada.

A oferta de formação nas matérias básicas das tecnologias de informação e das comunicações deverá ser universal. O sistema de ensino e a formação ao longo da vida devem proporcionar um conjunto de oportunidades suficiente para assegurar a literacia digital de toda a população.

A certificação de competências é um estímulo positivo à obtenção de níveis adequados de literacia digital com reconhecimento no mercado de trabalho.

Importa avaliar as implicações da literacia digital no êxito das reformas da administração pública electrónica, assim como no aumento da competitividade do tecido empresarial. A clarificação desta temática permitirá definir o adequado posicionamento da certificação de competências na melhoria da literacia digital.

A APDSI dispõe-se a promover um Manifesto tendente a incentivar a sociedade portuguesa para a generalização de competências básicas, certificadas internacionalmente, no âmbito das tecnologias da sociedade da informação.

## Literacia Digital e Certificação de Competências

**Nº:** 1046

**Natureza:** Manifesto

**Líder:** Direcção APDSI

**Prazo de execução:** 4 meses

Existe uma responsabilidade da sociedade para com os cidadãos que, por razões de ordem diversa, têm necessidades especiais. O desenvolvimento da Sociedade da Informação traz benefícios e vantagens, permitindo uma melhor integração daqueles cidadãos e, ao mesmo tempo melhorando a sua qualidade de vida, a sua capacidade de intervenção social e o seu nível de autonomia.

Os benefícios da Sociedade da Informação representam uma oportunidade de cidadania, capaz de reduzir os riscos de exclusão e de conduzir a uma maior integração na vida activa.

Pretende-se levar a cabo um estudo em que se inclua o levantamento das experiências em curso e o seu confronto com as expectativas existentes, bem como a identificação dos estrangulamentos processuais, regulamentares e organizacionais ao seu desenvolvimento.

O estudo deverá identificar um conjunto de objectivos para o pleno aproveitamento dos benefícios da Sociedade da Informação por parte dos cidadãos com necessidades especiais, nomeadamente no que diz respeito aos aspectos de acessibilidade.

## Cidadãos com Necessidades Especiais e Acessibilidade

**Nº:** 1066

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

A Sociedade da Informação tem vindo a suscitar um conjunto de questões relativas ao posicionamento e defesa do consumidor.

Temas como as compras à distância, protecção em caso de incumprimento, prestação e aquisição de serviços da Sociedade da Informação, protecção de dados pessoais e muitas outras, levam a que se considere oportuna uma reflexão alargada sobre esta problemática.

Nomeadamente a questão do acesso à Internet, englobando o acesso universal e a Qualidade de Serviço dos fornecedores nacionais de acesso à rede global serão certamente temas a abordar.

Pretende-se que esta reflexão, concretizada numa conferência nacional, constitua uma primeira fase de um estudo a desenvolver no quadro de futuros planos de actividade.

## O Consumidor na Sociedade da Informação

**Nº:** 1067

**Natureza:** Conferência

**Prazo de execução:** 6 meses

## Usabilidade na Sociedade da Informação

A facilidade de utilização de uma aplicação, referida crescentemente como “Usabilidade”, está directamente relacionada com as características humanas ao nível cognitivo e ao nível dos aparelhos motores e da percepção. A falta de conhecimento nestas áreas, por parte dos profissionais da indústria de *software*, constitui uma das causas importantes para o insucesso dos produtos e sistemas informáticos.

A maioria dos cursos de engenharia informática tem vindo a adoptar nos seus programas, disciplinas de “Interface Pessoa - Máquina”, nas quais essas matérias são abordadas, estando essa tendência a reforçar-se no âmbito da Declaração de Bolonha. No entanto, muitos gestores de projectos ainda não adquiriram sensibilidade para este tipo de problema.

As maiores empresas da indústria de *software* nacional têm vindo, ainda que de um modo tímido, a contratar especialistas em Usabilidade e a introduzir essa preocupação nos seus processos produtivos.

Com o objectivo de avaliar a situação na indústria de *software* nacional e de promover a área da Usabilidade e do desenho (*design*) universal, pretende-se efectuar um estudo sobre o nível de desenvolvimento da área em Portugal e perspectivas de evolução.

**Nº:** 1069

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

## 2.2. MERCADO & TECNOLOGIAS

Decorreu do concurso para a atribuição das licenças UMTS a obrigatoriedade dos concorrentes apresentarem contrapartidas para o desenvolvimento da sociedade da informação.

Faz sentido que uma associação com as características da APDSI leve a cabo uma reflexão sobre os modelos de concretização dessas contrapartidas, e sobre possíveis iniciativas que contribuam para o objectivo de promoção da sociedade da informação e do conhecimento e, de modo particular, para a generalização da literacia digital e do combate a todas as formas de info-exclusão.

Pretende-se desenvolver um estudo que, na perspectiva da sociedade civil, faça o ponto da situação das contrapartidas, avalie diferentes modalidades de actuação e proponha soluções, por forma a contribuir para o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

As contrapartidas decorrentes das licenças do UMTS para a Sociedade da Informação

**Nº:** 2076

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

O trabalho interdisciplinar na vida profissional de hoje é uma constante, justificando-se cada vez mais a adopção de abordagens científicas e de melhores práticas enquadradas por áreas de conhecimento e de acção sinérgicas.

Algumas universidades e empresas do sector das TICs, têm vindo a promover a constituição de uma nova disciplina de conhecimento, designada por “Ciências dos Serviços, Gestão e Engenharia” (em inglês “*Services Science, Management and Engineering*” - SSME) ou abreviadamente Ciência dos Serviços.

As bases teóricas da Ciência de Serviços provêm das áreas da Economia, da Gestão, da Informática, da Engenharia, do Direito, e da Sociologia das organizações, e em que cada uma delas fornece perspectivas importantes sobre a evolução da economia da informação e dos serviços.

Considerando que esta é uma abordagem relevante para os indivíduos e as organizações, e por isso à Sociedade, pretende-se que este estudo analise e fomente a discussão do tema, auxiliando dessa forma a divulgação das bases desta nova disciplina de conhecimento e a sua projecção na Sociedade.

## Ciência de Serviços - Uma nova área de conhecimento

**Nº:** 2078

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

RFID (*Radio Frequency Identification*) representa o termo genérico para a tecnologia de comunicação que usa ondas de rádio para comunicar automaticamente a identificação de itens/objectos individuais. Esta tecnologia está directamente associada á mudança que se está a operar actualmente de um mundo centrado no PC para um mundo de dispositivos sempre ligados em rede. Representa uma tecnologia potencialmente disruptiva que se encontra já num grau de maturidade suficiente para o envolvimento dos grandes actores mundiais das tecnologias da sociedade da informação.

A representação dos itens em forma digital permite identificar e dar sentido a essa informação, em termos de negócio, nomeadamente facilitando a localização do item, o conhecimento sobre o seu estado, etc. Para tal, acresce à tecnologia rádio a componente de *middleware* capaz de tratar a informação recolhida e de a comunicar aos sistemas empresariais relevantes.

No curto prazo, a RFID não substitui (antes complementa) o código de barras e outras formas de identificação, abrindo o leque ao desenvolvimento de aplicações de que são exemplos: Logística; Localização de itens em tempo real; Etiquetagem de animais; Rastreamento de activos; Anti-roubo e Sistema de pagamentos, entre outros.

Este estudo tem como objectivo perspectivar o tipo de impactos que tal tecnologia irá ter no quotidiano das empresas e dos cidadãos, quer em termos de desenvolvimentos de novas oportunidades de modelos de negócio quer ao nível de aspectos sociológicos, como, por exemplo, a preocupação com a privacidade e a reacção à mudança.

## RFID no quotidiano da sociedade

**Nº:** 2087

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

## Televisão Digital Terrestre na Sociedade da Informação

O primeiro concurso de Televisão Digital Terrestre (TDT) foi lançado em 2001, com dois consórcios a concurso. A licença atribuída permitia a gestão de uma infra-estrutura com multiplicação dos canais. Contudo o arranque previsto para 2002 foi sendo sucessivamente adiado, tendo o Governo declarado recentemente ser um dos seus objectivos introduzir, de forma faseada, a TDT.

A TDT está planeada para oferecer canais em sinal aberto e fechado bem como uma multiplicidade de aplicações interactivas. Contudo continuam a existir hoje, tal como em 2002, um conjunto de oportunidades e incertezas que importa analisar e perceber de que modo toda a problemática associada à TDT influencia o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Neste sentido julga-se oportuna a realização um estudo sobre a introdução da TDT em Portugal que possibilite uma melhor compreensão de alguns desafios que se colocam à sociedade portuguesa: Quais os indutores da adopção da TV interactiva em detrimento do PC como terminal de acesso à Internet?; Que modelos de negócio se antecipam para aos diferentes actores envolvidos na TDT?; Com o fim da emissão analógica que consequências se adivinham para os consumidores? e como se repartirão os consumidores do futuro, hoje jovens com idade entre os 15 e os 25 anos, por outras plataformas tecnológicas como o IPTV, TV digital por satélite, cabo e xDSL ?

**Nº:** 2080

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

O nível de desmaterialização dos suportes documentais instanciadores dos fluxos de informação de suporte à actividade económica, e a generalização da sua aceitação, constituem um dos indicadores do grau de maturidade do posicionamento dos países na concretização da Sociedade da Informação.

Esta perspectiva é compreensível na medida em que estes suportes documentais, revestindo o carácter de evidências de compromissos contratuais entre agentes económicos, estabelecem, de modo irrefutavelmente aceite pela Sociedade, o quadro de responsabilidades mútuas, válido perante as múltiplas instâncias de regulação da vida em sociedade (Justiça, Fisco, ...).

Estão deste modo no âmago dos dispositivos fundacionais da rede de confiança mútua que permite o funcionamento quotidiano das sociedades, ampliado à escala mundial pela afirmação da globalização da actividade económica.

Por estas razões, a aceitação generalizada da desmaterialização destes fluxos de informação tem um significado social que transcende largamente a respectiva relevância tecnológica e processual.

Sendo este um dos vectores de realização da Sociedade da Informação que tem conhecido em Portugal um desenvolvimento limitado a alguns sectores de actividade, importa compreender os impactos decorrentes da decisão do Governo em adoptar na Administração Pública o uso da factura electrónica, enquanto estímulo significativo de credibilidade e de massa crítica de uso.

## Factura Electrónica instrumento da Sociedade da Informação

**Nº:** 2081

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

As regulamentações com impacto evidente nas organizações e na sociedade, e que estão na sua maior parte relacionadas com preocupações de gestão e de controlo de riscos e com segurança da informação na Era Digital, tornaram-se uma realidade que não pode nem deve ser minimizada.

Se antes só algumas empresas dedicavam atenção à conformidade regulatória (através de controlos da sua infra-estrutura ou da segurança da “sua” informação), hoje em dia tanto as pequenas como as grandes empresas esforçam-se para avaliar, testar e documentar os seus controlos internos para SOX (*Sarbanes-Oxley*), as suas práticas para HIPAA (*Health Insurance Portability and Accountability Act*), ou as suas salvaguardas básicas para GLBA (*Gramm-Leach-Bliley Act*), para o acordo *Basileia II*, ou para outras regras legais.

A gestão e controlo dos riscos e a conformidade de processos correspondem a um esforço continuado com forte impacto nas organizações (na sua governação, nos seus processos de funcionamento, no seu relacionamento com os fornecedores de serviços e com os seus clientes) e também na Sociedade.

Este estudo pretende levantar os impactos mais significativos das principais regulamentações actuais, que condicionam (ou potenciam) as actividades das organizações e da própria Sociedade, no sentido de termos uma melhor percepção de conjunto dos impactos (avaliando principalmente constrangimentos, ameaças e oportunidades).

## Impacto das novas regulações (*Basileia II*, *Sarbanes-Oxley* e outras) no contexto da Sociedade da Informação

**Nº:** 2082

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

## 2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A gestão eficiente de compras é um dos principais eixos estratégicos definidos nos vários programas e planos de acção para a Administração Pública electrónica, que visa a adopção e generalização de procedimentos electrónicos no processo aquisitivo público.

O Programa Nacional de Compras Electrónicas, aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 111/2003, pretendeu criar condições para a coordenação e operacionalização da política para o desenvolvimento das compras electrónicas em Portugal, visando um conjunto de metas a atingir, das quais se destacaram a criação de projectos-piloto em diversos ministérios, com vista à generalização; a médio prazo, dos processos de compras electrónicas a toda a Administração Pública.

Decorridos quatro anos sobre as primeiras decisões governamentais, a APDSI propõe-se efectuar uma avaliação sobre a situação das compras públicas no contexto da Sociedade da Informação e elaborar propostas concretas para a sua efectiva generalização a todo o sector público de forma transparente, económica e sustentada.

Ponto da situação das Compras Públicas no contexto da Sociedade da Informação

**Nº:** 3086

**Natureza:** *Workshop*

**Prazo de execução:** 4 meses

A APDSI levou a cabo uma conferência e um estudo subordinados ao tema “e-justiça - O que tem o sector da justiça a ganhar com o desenvolvimento da Sociedade da Informação”, em que se procurou promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir de forma a melhorar o funcionamento da Justiça, por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento do trabalho cooperativo entre todos os intervenientes no sistema judiciário.

Constatou-se a urgência da adopção de sistemas de gestão documental e *workflow*, técnicas de controlo de processos e de cargas de trabalho, de forma a tornar mais fluido e eficiente o funcionamento da Justiça em Portugal.

Contudo, o tema da transformação do sistema de administração da justiça para um paradigma digital é muito vasto e requer que se prossiga com a análise dos contributos da sociedade da informação e do conhecimento para o aperfeiçoamento do sistema de justiça e aumento da sua eficácia.

Este estudo pretende prosseguir com esse trabalho apresentando novos contributos e uma nova visão dos benefícios susceptíveis de serem alcançados no contexto do sector da justiça.

## e-Justiça (Fase 2)

**Nº:** 3033-02

**Natureza:** Estudo

**Prazo de execução:** 6 meses

A passagem de uma administração pública tradicional e burocrática para uma administração pública electrónica (*e-Government*) tem sido uma bandeira política dos governos em todo o mundo e Portugal não tem fugido a esta regra. No entanto a sua concretização efectiva tarda em acontecer, nomeadamente na utilização das novas tecnologias da sociedade da informação na prestação de serviços electrónicos que correspondam às necessidades básicas da vida dos cidadãos e das empresas.

Na sequência de idêntico *workshop* realizado anualmente desde 2003, importa continuar a dinamizar uma reflexão sobre os sucessos alcançados e os constrangimentos que ainda bloqueiam o desenvolvimento da administração pública electrónica no nosso país.

A actualidade e importância de que se reveste o tema “Agenda de Lisboa”, particularmente pela ênfase que está previsto ser dada ao tema pela Presidência da União Europeia no 2º semestre de 2007 (que será assegurada por Portugal), justifica a realização de um *workshop* dedicado a esta temática.

## Ponto de situação da Administração Pública Electrónica - A Estratégia de Lisboa

**Nº:** 3013-05

**Natureza:** *Workshop*

**Prazo de execução:** 6 meses

Após a elaboração e divulgação do estudo Geo-Competitivo foi possível constatar que, com a entrada em funções do novo Governo e após cerca de 10 anos de interregno, a Informação Espacial no suporte à Gestão do Território voltou a ser considerada, pelo Estado, como estratégica para Portugal.

Acções planeadas e cabimentadas financeiramente por várias Instituições permitem acalentar a visão que Portugal consiga modernizar-se rapidamente uma vez que os principais entraves identificados no Estudo Geo-Competitivo estão a desaparecer.

Assim pretende-se criar um grupo de trabalho, composto exclusivamente por cidadãos peritos na área (e não representantes de instituições) que permita definir um Arquitectura Organizacional que tenha como objectivo a criação de uma rede Organizacional na qual seja possível, em Tempo Real e em Segurança, através da *Web*, o acesso a Informação Espacial e, principalmente a Serviços de Valor Acrescentado, interligando os vários tipos de entidades entre si, nomeadamente: Administração Central, Administrações Regionais, Administrações Locais, Empresas (Produtoras de Informação Espacial, Consultoras, Gestoras de infra-estruturas nacionais ou locais, etc.), Instituições de Ensino, Cidadãos, etc.).

Na operacionalização da iniciativa pretende-se aproveitar os resultados de outros Grupos de Estudo da APDSI assim como das suas experiências organizacionais.

## Geo-Competitivo II: Arquitecturas Organizacionais suportadas em Informação Espacial

**Nº:** 3031-02

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Prof. Mário Rui Gomes

**Prazo de execução:** 6 meses

## 2.4. ACTIVIDADES REGULARES

Este encontro vem na continuidade dos encontros anuais realizados desde 2002 e tem como objectivo reunir um conjunto de personalidades que possam em conjunto, e de diferentes perspectivas, reflectir e explorar novas ideias e entendimentos sobre o que será o futuro da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal e num mundo que, como sabemos, é cada vez mais complexo e incerto colocando-nos perante constantes desafios individuais e colectivos.

Pretende-se continuar um processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e endogeneizarmos os benefícios de uma sociedade baseada na informação e no conhecimento.

Discutir ideias, baseados em necessidades, valores e modos de comportamento em que acreditamos hoje, mas que permitam também posicionar-nos para além das nossas rotinas diárias e considerar papéis e intervenções alternativas a esses quotidianos é também um objectivo a alcançar.

Pensar no futuro implica tentarmos perceber de que modo a Sociedade, como um todo, influencia a inovação tecnológica e a adopção de novas tecnologias, e noutro sentido, explorar de que forma estas vão ao encontro das necessidades dos cidadãos, dos diferentes grupos sociais, dos agentes económicos e das instituições em geral.

Os resultados destas reflexões, sob a forma de conclusões do encontro, serão entregues aos Grupos Parlamentares, Membros do Governo, empresas e instituições associadas, para além da divulgação através da Internet e da Comunicação Social. Trata-se assim de um contributo da Associação para que o País não desperdice as oportunidades emergentes.

*Fórum da Arrábida – A Nova Estratégia de Lisboa*

**Nº:** 4016-06

**Natureza:** Encontro de Reflexão

**Prazo de execução:** 4º trimestre 2007

Em Setembro de 2005 a APDSI foi aceite como representante de Portugal na *International Federation for Information Processing* (IFIP), uma das mais antigas e prestigiadas agremiações internacionais no domínio das Tecnologias da Informação.

Importa agora potenciar e valorizar a participação portuguesa nessa federação, mediante o envolvimento de cientistas e membros oriundos dos meios empresariais nas suas actividades, nomeadamente nos Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho, e ainda promovendo a realização de eventos de natureza científica e técnica no nosso País.

Para atingir estes objectivos a APDSI criou uma estrutura de coordenação específica designada por Grupo de Coordenação IFIP (GCI).

Em conformidade com as regras em vigor na IFIP, o GCI propôs oportunamente aos Comitês Técnicos um conjunto de representantes nacionais, os quais foram todos aceites e nomeados.

Vários desses representantes levaram a efeito no passado eventos da IFIP em Portugal, pelo que essa experiência irá ser continuada em 2007 estando já agendadas diversas realizações.

## Participação de Portugal na IFIP

**N.º** 4064-02

**Natureza:** Actividade regular

**Líder:** José Augusto Granado

**Prazo de execução:** Actividade permanente

A APDSI assumiu como vector estratégico de desenvolvimento o reforço da sua componente internacional.

Para além da participação na IFIP, descrita noutro ponto deste Plano, assumem-se como objectivos a curto prazo uma participação activa na Cimeira Mundial da Sociedade da Informação (WSIS) e o estabelecimento de ligações institucionais a nível da União Europeia.

A Presidência Portuguesa da União Europeia, a ter lugar no segundo semestre de 2007, será também ocasião para uma intervenção proactiva e colaborativa em todas as questões relacionadas com a Sociedade da Informação.

## Reforço da componente internacional da APDSI

**Nº:** 4019-01

**Natureza:** Organização da Associação

**Prazo de execução:** Actividade permanente

Desde o início da sua actividade que a APDSI promove anualmente a atribuição de um conjunto de prémios e homenagens, no espírito das várias iniciativas promovidas no sentido do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Os Prémios “Sociedade da Informação” - “Personalidade do Ano” e “Editorial” - são entregues em cerimónia conjunta.

Na mesma cerimónia é também prestada a Homenagem a “Uma Vida”.

## Prémios e Homenagens “Sociedade da Informação”

**Nº** 4018

**Líder:** Direcção APDSI

Este prémio tem por objectivo destacar e galardoar anualmente uma personalidade que se tenha distinguido pelo seu contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio de: Oracle, Sun Microsystems e do Jornal Expresso.

## Prémio “Personalidade do Ano no domínio da Sociedade da Informação”

**Nº:** 4018-04

**Natureza:** Prémio

**Patrocínio:** Oracle - Sun - Expresso

**Prazo de execução:** 2º semestre 2007

Este prémio destina-se a estimular a publicação de trabalhos na imprensa escrita, enquanto contributo para o progresso da Era da Informação em Portugal.

Desde a primeira edição que o prémio tem o patrocínio da Oracle Portugal e da Sun Microsystems Portugal.

Para a edição de 2007 são admitidos a concurso os trabalhos produzidos na imprensa nacional e regional, durante o ano de 2006.

## Prémio “Editorial APDSI Sociedade da Informação”

**Nº:** 4018-05

**Natureza:** Prémio

**Patrocínio:** Oracle - Sun

**Prazo de execução:** 2º semestre 2007

Pretende-se homenagear postumamente uma personalidade que, ao longo da sua vida, se tenha distinguido pelo contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal.

Em 2007 tem lugar a segunda edição desta Homenagem.

## Homenagem a “Uma Vida”

**Nº:** 4018-06

**Natureza:** Homenagem

**Patrocínio:** APDSI

**Prazo de execução:** 2º semestre 2007

Dando continuidade a uma actividade inicialmente conduzida pela Associação Portuguesa de Informática (API), a APDSI assumiu a realização das Olimpíadas Nacionais de Informática.

Consiste num concurso de programação dirigido aos alunos das escolas secundárias, em que a equipa vencedora de cada edição nacional participa nas Olimpíadas Internacionais de Informática, a realizar num país anfitrião.

A componente técnica desta actividade é gerida pelo Departamento de Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

O sucesso desta iniciativa tem sido crescente, tanto em interesse e intensidade das participações, como em número de alunos e de escolas, tendo as finais nacionais tido lugar em diversas regiões do país.

## Olimpíadas da Informática

**Nº:** 4035

**Natureza:** Concurso

**Líder:** Prof. Fernandes de Almeida e  
Prof. Pedro Guerreiro

**Prazo de execução:** 2º e 3º trimestre 2007

A primeira actividade pública da APDSI consistiu na realização de um debate com os Partidos Políticos sobre as “Estratégias para a Sociedade da Informação e do Conhecimento”, em 12 de Março de 2002, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas desse ano.

Posteriormente entendeu-se de interesse a realização de um novo debate, sobre o mesmo tema, a meio do mandato do Governo que resultou dessas eleições, tendo esse debate ocorrido, por razões de carácter simbólico, a 12 de Março de 2004, no mesmo local da iniciativa original.

Durante o período de campanha eleitoral em 2005 o debate foi de novo levado a cabo, dentro do mesmo espírito de intervenção pública da sociedade civil no domínio da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Esta iniciativa voltará a realizar-se em futuros períodos eleitorais, e a meio da legislatura para avaliação das políticas governamentais no domínio da Sociedade da Informação e do Conhecimento, estando já agendada uma nova edição para o mês de Março de 2007.

## Debate com os partidos políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento

**Nº:** 4036-04

**Natureza:** Debate Público

**Líder:** Direcção APDSI

**Prazo de execução:** 1º trimestre 2007

O desenvolvimento da Sociedade da Informação constitui indubitavelmente um elemento chave no posicionamento competitivo das Nações no contexto da globalização.

Na inexistência de um acompanhamento estatístico sistemático adequadamente publicitado, não temos tido no nosso País uma percepção clara da evolução que se verifica em componentes importantes da realização de avanços no domínio da Sociedade da Informação em Portugal.

A APDSI, em colaboração com o jornal Expresso e com a empresa Eurosondagem, tem mantido um Barómetro regular, baseado num inquérito trimestral a um painel alargado e estável de especialistas, com o objectivo de obter uma síntese abrangente da percepção qualitativa geral acerca do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

Torna-se importante analisar criticamente a experiência no sentido de incorporar os ajustamentos adequados a garantir a utilidade do Barómetro enquanto instrumento de acompanhamento da evolução da Sociedade da Informação.

## Barómetro da Sociedade da Informação

**Nº:** 4058

**Natureza:** Barómetro

**Líder:** Direcção APDSI

**Prazo de execução:** Actividade permanente

O Grupo de Alto Nível (GAN) tem a missão de facultar à Associação, de uma forma sistemática e continuada, uma avaliação qualitativa e quantitativa da acção dos Órgãos de Soberania e de outras iniciativas relevantes na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento. O GAN contará como principais padrões de referência: o programa eleitoral, as Grandes Opções do Plano e o programa do Governo, estudos e estatísticas nacionais, da Comissão europeia, da OCDE, da UNESCO, e outros documentos que se julguem pertinentes.

O GAN é composto por um número ímpar de membros, seleccionados individualmente pela Direcção da Associação, e que, nessa sua colaboração com a APDSI, colocam o seu conhecimento, a sua experiência e esforço individual ao serviço da comunidade nacional.

A experiência e responsabilidades profissionais dos membros, constituem o principal valor do GAN - procurando-se que estejam representados vários sectores da economia e da sociedade portuguesa.

O GAN produz periodicamente um documento de posição sobre um tema de interesse nacional, procurando-se sempre que o mesmo seja pertinente, actual e relevante relativamente à Sociedade da Informação.

A acção do GAN constitui uma colaboração competente e interessada, ajudando a melhorar e/ou ajustar acções que o Governo esteja a desenvolver ou a planear, e que tenham impacto na Sociedade da Informação.

## Grupo de Alto Nível (GAN)

**Nº:** 4059

**Natureza:** Grupo permanente

**Líder:** APDSI – Presidente da Direcção

**Prazo de execução:** Actividade permanente

As diferentes áreas de actividade e sectores sociais que lideram a emergência da Sociedade da Informação, bem como os enquadramentos político-sociais, estrutural ou conjunturalmente relevantes, devem ser acompanhadas de uma forma sistemática, permanente e cuidada.

Só assim, de uma forma descentralizada e multidisciplinar, será possível à APDSI criar as condições para emitir com oportunidade e rigor comentários e sugestões públicas sobre os diversos aspectos que afectam o desenvolvimento da Sociedade da Informação em áreas específicas com impacto no quotidiano dos cidadãos, das empresas e da administração pública.

Como alvo de acompanhamento sistemático, foram identificadas como prioritárias, as áreas temáticas “Educação”, “Justiça”, “Saúde”, “Negócio Electrónico” e “Fórum Profissional”.

Alguns grupos deste primeiro conjunto foram constituídos recentemente, perspectivando-se assim a activação e acção continuada destes cinco grupos permanentes, internos à Associação, para assegurar, em cada área referida, os objectivos gerais enunciados.

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI acompanhar em permanência a temática do Negócio Electrónico.

Para além de outras iniciativas, o grupo deverá produzir, anualmente, um documento de posição sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

## Grupos especializados no âmbito da APDSI

Para cada Grupo

**Natureza:** Grupo permanente

**Prazo de execução:** Actividade permanente

### Grupo “Negócio Electrónico” (GNE)

**Nº:** 4060-01

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI acompanhar em permanência a temática da Educação.

Para além de outras iniciativas, o grupo deverá produzir, anualmente, um documento de posição sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

## Grupo "Educação" (GE)

Nº: 4060-02

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI acompanhar em permanência a temática da Justiça.

Para além de outras iniciativas, o grupo deverá produzir, anualmente, um documento de posição sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

## Grupo "Justiça" (GJ)

Nº: 4060-03

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI acompanhar em permanência a temática da Saúde.

Para além de outras iniciativas, o grupo deverá produzir, anualmente, um documento de posição sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

## Grupo "Saúde" (GS)

Nº: 4060-04

Assegurar a actividade, segundo o modelo organizacional definido para as estruturas de grupos permanentes, de um grupo especializado que permita à APDSI dispor em permanência acompanhar em permanência um Fórum relacionado com as profissões mais directamente relacionadas com as TIC. Para além de outras iniciativas, o grupo deverá produzir, anualmente, um documento de posição sobre a leitura da situação observada em Portugal no seu domínio de análise.

## Grupo "Fórum Profissional" (GFP)

Nº: 4060-05

A realização de um conjunto de três sessões sobre este tema em Dezembro de 2005, em iniciativa conjunta da Ordem dos Advogados e da APDSI, conduziu à constatação de que não só havia interesse em aprofundar os temas então abordados (criminalidade informática, comércio electrónico e direito de autor) como em debater outras questões no mesmo âmbito.

Com este objectivo a APDSI e a Ordem dos Advogados estão a preparar a constituição de um Fórum de Reflexão, congregando várias instituições e entidades, que concretize um debate multidisciplinar sobre estas questões.

Pretende-se organizar e realizar um debate público onde sejam abordadas matérias relevantes para a Sociedade de Informação, como por exemplo: a gestão de nomes de domínio, a protecção de dados pessoais, a privacidade e a informatização dos tribunais, entre outros.

## Leis Portuguesas na Sociedade da Informação e do Conhecimento

**Nº:** 4072-02

**Natureza:** Debate Público

**Líder:** Dr. Manuel Lopes Rocha

**Prazo de execução:** 2º semestre 2007

## 2.5. OUTRAS ACTIVIDADES

Após os primeiros cinco anos de vida da APDSI, a Direcção considera oportuno e adequado desenvolver os esforços necessários no sentido de ser reconhecido à associação o estatuto de Associação de Utilidade Pública.

Para além da consolidação de imagem pública da Associação que decorrerá naturalmente de tal estatuto, ser-lhe-á também possível poder usufruir, com enquadramento legal, de benefícios importantes para o seu desenvolvimento, nomeadamente, cenários de mecenato e enquadramento fiscal mais favorável.

### Obtenção do estatuto de utilidade pública para a APDSI

**Nº:** 9085

**Natureza:** Actividade interna

**Líder:** Direcção APDSI

**Prazo de execução:** 6 meses

A APDSI durante os seus cinco anos de actividade tem desenvolvido um conjunto muito vasto de actividades, de que destacamos as conferências temáticas dos vários domínios da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Salvo algumas excepções, a APDSI reconhece que tem havido uma desproporção de eventos organizados na cidade de Lisboa em detrimento das restantes regiões do país.

Correspondendo à manifestação de interesse de numerosos sócios, e integradas nas comemorações dos 10 anos da sociedade da informação em Portugal e os 5 anos da nossa associação, a APDSI pretende organizar durante este ano, nas várias regiões do País, um conjunto de conferências e debates em torno de vários temas relacionados com a Sociedade da Informação e do Conhecimento.

As sessões serão realizadas em diversas cidades, nomeadamente em estabelecimentos de ensino superior ou em auditórios autárquicos ou de associações regionais e locais.

Contaremos com a participação de especialistas nos diversos domínios da sociedade da informação, os quais constituem de facto os verdadeiros activos de conhecimento da APDSI.

## *Road Show* para a Sociedade da Informação

**Nº:** 9083

**Natureza:** Actividade de divulgação

**Prazo de execução:** 12 meses

A evolução dos sistemas operativos, as exigências impostas pelo *software* aplicacional têm tornado cíclica e vertiginosa a aquisição de um grande número de computadores pessoais, não apenas para uso doméstico, mas também para renovação de parques informáticos empresariais.

Assim, os computadores pessoais e restante equipamento informático utilizados nas empresas e na Administração Pública são frequentemente substituídos por equipamentos mais evoluídos tecnologicamente quando ainda se encontram em condições de utilização nas principais funções básicas com níveis de exigência inferiores.

O desmantelamento desses equipamentos e depósito nos aterros sanitários levanta problemas ambientais diversos para além da perda do seu potencial de utilização noutros contextos. Muitos dos computadores substituídos em vez de se juntarem às toneladas de desperdício poderiam ser utilmente encaminhados para usos alternativos em situações menos exigentes. Deste modo, faz todo o sentido, numa perspectiva abrangente, encontrar alternativas para a sua reutilização para fins sociais, nomeadamente em escolas, lares de terceira idade, associações culturais, recreativas e desportivas, e outras organizações com fins não lucrativos.

A criação de condições que permitam conjugar a oferta (Empresas e Administração Pública) com a procura (instituições de natureza social), poderá ser conseguida pela criação de uma “bolsa” de equipamento, baseada em meios electrónico, acessível e actualizável pelas diversas entidades, acção que constitui objectivo desta iniciativa da APDSI.

**Bolsa de equipamento informático usado, para fins de natureza social**

**Nº** 9021

**Natureza:** Actividade regular

**Líder:** Direcção APDSI

Acção que corresponde à definição, à construção e à montagem dos processos operacionais que assegurem um funcionamento de rotina.

Inclui a procura de um Parceiro que disponibilize um mercado electrónico (*e-marketplace*) para hospedar as informações relativas à Bolsa, e dinamização de uma comunidade inicial de doadores e beneficiários.

## Bolsa de equipamento informático - Definição, Construção e Montagem

**N.º** 9021-01

**Prazo de execução:** Em curso

**Patrocinador:** UMIC

Acção continuada de Gestão operacional do funcionamento da Bolsa.

Inclui:

- Acreditação de doadores;
- Acreditação de beneficiários,
- Relacionamento operacional com doadores e com beneficiários;
- Relacionamento com parceiro;
- Manutenção da presença no mercado electrónico (*e-marketplace*).

## Bolsa de equipamento informático - Gestão da Bolsa

**N.º** 9021-02

**Prazo de execução:** Actividade permanente

No ano de 2005 a APDSI lançou um projecto destinado à recolha, sistematização e divulgação da terminologia portuguesa considerada mais adequada para representar os conceitos relevantes da Sociedade da Informação em que vivemos.

Esse projecto conduziu à elaboração de um documento intitulado “Glossário da Sociedade da Informação”, onde foram incluídos mais de quatrocentos termos em português, com os equivalentes em inglês e as respectivas definições em português, para além de outros itens auxiliares que contribuem para uma melhor compreensão dos termos seleccionados (classificação gramatical, sinónimos e termos relacionados).

O trabalho foi continuado pelo grupo durante o ano passado, sendo possível publicar em 2007 uma nova versão que conterà praticamente todos os termos da versão original, embora sujeitos a uma cuidadosa revisão, e incluirá os resultados da recolha e tratamento de novos termos.

## Glossário da Sociedade da Informação - Versão 2007

**Nº:** 9040-02

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Dr. José Palma Fernandes

**Prazo de execução:** 6 meses

## 2.6. EM FASE DE CONCLUSÃO

A emergência da consciência alargada da responsabilidade social, dos indivíduos e das organizações, vem gerando indubitavelmente um nível crescente de activismo social, contrapondo ao afunilamento de valores do neo-liberalismo económico uma sociedade de “causas”.

Esta Sociedade de “causas” instancia-se através da capacidade de mobilização social, da celeridade em “passar palavra”, do relacionamento social em rede fundado na dinâmica da concatenação oportunística de redes sociais individuais.

As Organizações Não Governamentais constituem-se fundamentalmente como híbridos entre esta concertação *ad-hoc* de vontades e as estruturas formais, persistentes no tempo, de cidadãos partilhando convicções com “leitura” social.

Nesta perspectiva, os movimentos cívicos poderão ser significativamente potenciados, na sua latência e no seu impacto, pela universalidade social das tecnologias da informação e da comunicação.

A Sociedade da Informação, enquanto paradigma de organização social em rede, constitui o ambiente de eleição para a expansão do activismo social.

A Sociedade da Informação  
como potenciadora das  
actividades das ONGs

**Nº:** 1048

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Prof. António Pedro Dores

**Patrocinador:** Caixa Geral de Depósitos

As Tecnologias da Informação e Comunicação estão a tornar-se num instrumento importante não só na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas também no reforço da democracia.

O grande desafio está em garantir o acesso universal, aumentar a literacia e garantir a confiança para que todos beneficiem deste potencial tecnológico.

A democracia electrónica vai muito para além da votação e disponibilização de informação sobre os candidatos através da Internet, trata-se de uma nova forma de fazer com que o cidadão comum participe em discussões e interacções com os poderes políticos, fazendo ouvir a sua voz, não apenas durante as campanhas eleitorais, mas também nos períodos intercalares e a propósito dos problemas da sua vida quotidiana.

Pretende-se com este estudo analisar as oportunidades e constrangimentos da utilização dos meios da sociedade da informação no exercício da cidadania activa.

## O Desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal

**Nº:** 1003

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Prof. Filipe Montargil

**Patrocinador:** Unisys

Neste estudo pretende-se analisar as opções estratégicas, desempenho económico, modelos de decisão, concorrência, regulação, orientação da despesa pública, eficácia e eficiência dos investimentos essenciais à construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Esta reflexão é de grande relevância num contexto de opções políticas que envolvam o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento numa perspectiva estratégica.

Temos presente que o contributo desse desenvolvimento para a melhoria de produtividade, controlo da despesa pública e para a competitividade da economia portuguesa é relevante, num contexto em que a construção da Sociedade da Informação é apresentada como um desígnio inquestionável, sendo essencial sistematizar o quadro de condicionantes a que esta está sujeita.

## Condicionantes económicas da construção da Sociedade da Informação

**Nº:** 2052

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Dr.ª Teodora Cardoso

Apesar de todos os esforços dos vários Governos e das oportunidades criadas no âmbito da integração europeia, continuamos a assistir a um movimento migratório do interior para o litoral e ao abandono progressivo das localidades mais periféricas em favor dos centros urbanos.

Os maiores obstáculos aos esforços de aproximação das regiões mais desfavorecidas continuam a ser os níveis de educação e de formação dos estratos mais pobres da população.

A Sociedade da Informação caracteriza-se pela relativização da componente espacial, capacitando as zonas mais remotas com novas formas de acesso à informação, ao trabalho, à educação, à saúde, etc.

Este estudo pretende analisar as possibilidades de exploração das novas tecnologias da informação e comunicação na fixação das populações e no desenvolvimento das regiões mais periféricas e desfavorecidas.

## O Papel da Sociedade da Informação no aproximar das Regiões

**Nº:** 1004

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Prof. António Serrano

**Patrocinador:** Fundação PT

A Sociedade da Informação deve ser antes de tudo uma "sociedade para todos".

Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social pois cada tecnologia, actual ou emergente, apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização, e condiciona o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários.

Não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais, são também aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, constituindo a pobreza, a iliteracia, a interioridade ou a pertença a minorias étnicas factores activos de exclusão que é precisamos ter em conta.

A tecnologia, por muito inovadora que seja, só é eficaz quando passa a fazer parte integrante da cultura e da sociedade e isto só acontece quando é capaz de interagir amistosamente com o ser humano, como parte integrante do seu meio e não como intrusa e ameaçadora.

Se as tecnologias são potencialmente "excluidoras", paradoxalmente elas também possuem um enorme potencial de inclusão das pessoas no seu meio. As tecnologias são, por definição, um prolongamento do indivíduo na sua relação com o meio físico e social, e o sucesso desta relação constitui desde sempre a principal motivação da descoberta tecnológica.

Pretende-se com este estudo identificar as barreiras ao acesso universal da população aos benefícios da Sociedade da Informação e do Conhecimento, evitando a todo o custo o seu potencial de exclusão.

## Promover a inclusão pela via da Sociedade da Informação e do Conhecimento

**Nº:** 1005

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Dr.<sup>a</sup> Godelieve Meersschaert

**Patrocinador:** Fundação PT

Portugal tem vindo a progredir ao longo dos últimos dez anos na oferta de serviços electrónicos para a generalidade da população, sobretudo através da generalização do acesso a meios móveis e a redes de banda larga, que permitem o fornecimento de serviços de utilidade e conveniência para os cidadãos e agentes económicos.

No entanto, apesar do aumento dos serviços electrónicos desenvolvidos no âmbito da Administração Pública e do mercado empresarial, e da disponibilidade dos meios de acesso por parte dos vários operadores de telecomunicações, começa-se a verificar com alguma preocupação a fraca utilização dos serviços oferecidos pela sociedade da informação por parte da população portuguesa.

É com preocupação que, por razões diversas - iliteracia, pobreza, inabilidade, tecnofobia, desinteresse e outras - constatamos cada vez mais que o nosso país praticamente congelou a evolução da expansão e da utilização efectiva das Tecnologias da Informação e Comunicação.

A info-exclusão deve constituir uma preocupação crescente dos Governos e da sociedade civil, devendo ganhar prioridade nas agendas políticas e em todas as manifestações de cidadania activa em torno da Sociedade da Informação.

No âmbito das comemorações dos 10 anos da publicação do Livro Verde para a Sociedade da Informação e após cinco anos de actividade associativa, a APDSI pretende realizar em Abril de 2007 uma Conferência sobre a Inclusão no âmbito da Sociedade da Informação, com a participação de personalidades nacionais e estrangeiras de reconhecido mérito nesta área.

## e-Inclusão – Um desafio para Portugal

**Nº:** 1005-02

**Natureza:** Conferência

**Líder:** Dr. Luis Vidigal

A Sociedade da Informação comporta um nível de responsabilidade ético acrescido para todos os seus intervenientes, desde o cidadão às empresas, passando pelos organismos públicos.

O mal ou bem que se quer fazer está multiplicado numa sociedade globalizada e logo o nível de responsabilidade aumenta.

É cada vez mais necessário implementar uma ética que vá além das regras e dos regulamentos, do enquadramento legal desses comportamentos, dos códigos de conduta, pois as questões da ética são algo a interiorizar e não algo que possa ser imposto.

Depois da Conferência organizada pela APDSI em 2004, é altura de retomar o tema através de uma nova reflexão sobre as questões da Ética na Sociedade da Informação.

## A Ética no contexto da Sociedade da Informação

**Nº:** 1026

**Natureza:** Estudo e Conferência

**Líder:** Prof. José Manuel Moreira

**Patrocinador:** SIBS

Desde o início dos anos setenta que se tem assistido, em Portugal, a uma sequência de iniciativas tecnológicas tendentes à criação e manutenção de uma base de dados central de identificação civil fiável e segura.

Mais recentemente, com o desenvolvimento das tecnologias de autenticação electrónica, têm surgido sucessivos projectos políticos, quase sempre adiados ou reinventados, de criação de um documento seguro e fiável de identificação digital de todos os cidadãos portugueses, baseado em cartões inteligentes.

A identificação digital é um instrumento essencial para a autenticação nacional e para a grande maioria das transacções decorrentes da actual sociedade da informação. As tecnologias associadas à identificação electrónica vêm-se tornando num instrumento privilegiado para o cidadão, ao mesmo tempo que é um requisito essencial para o desenvolvimento da Administração Pública Electrónica e um meio fidedigno de acreditação e certificação digitais necessárias ao desenvolvimento de toda a economia digital.

As novas aplicações associadas ao cartão de identidade digital, baseadas em tecnologia ubíqua, são cada vez mais uma oportunidade para a indústria de *software* e são uma esperança para o desenvolvimento de novas aplicações orientadas à mobilidade. Os custos e riscos dos vírus e roubos de identificação passaram a ser problemas quotidianos para toda a Sociedade, o que torna a identificação digital uma prioridade para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em clima de confiança.

**Nº:** 1045

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Prof. Paulo Veríssimo

**Patrocinador:** CTT - Sun

A Sociedade da Informação tem vindo a constituir nos últimos anos uma preocupação dos governos nacionais e comunitários, ocupando cada vez mais um lugar privilegiado nas agendas políticas.

Desde os modelos de governação mais centralizadores aos mais descentralizados ou federalistas, a Sociedade da Informação constitui sem dúvida um esforço colectivo de governos, mercado empresarial e população em geral.

O papel do Estado -- enquanto entidade consumidora, reguladora e financiadora das tecnologias da Sociedade da Informação -- é alvo de divergências e perspectivas muitas vezes contraditórias.

Um Estado mais implementador ou mais regulador, uma soberania única ou partilhada e o papel da Sociedade são algumas das visões de Governação que a APDSI se propõe estudar.

## Modelos de Governação na Sociedade da Informação e do Conhecimento

**Nº:** 1047

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Prof. Luis Borges Gouveia

**Patrocinador:** IBM

Está provado que a Tele-Medicina contribui para a melhoria dos cuidados de saúde nas regiões interiores ou com menor densidade populacional, dado permitir colocar ao dispor dos utentes, nessas regiões, especialidades médicas apenas disponíveis em centros de maior dimensão.

Em Portugal temos experiências muito bem sucedidas na utilização da Tele-Medicina, em diversas regiões do país, nomeadamente no Alentejo e na área metropolitana de Coimbra. No entanto, ainda não estamos a aproveitar as potencialidades da Tele-Medicina como já é observado em outros espaços geográficos europeus e não só.

Pretende-se levar a cabo um estudo que retrate, em Portugal, as experiências em marcha e as planeadas para curto, médio prazo, com as respectivas sustentações e preocupações de índoles estratégicas, organizacionais, legais, financeiras e sociais.

Com este estudo pretende-se observar até que ponto Portugal está ou não no caminho das *melhores práticas* da implementação e utilização da Tele-Medicina e naturalmente, identificar um conjunto de caminhos e acções indispensáveis à sua expansão.

## Tele-Medicina - Onde estamos e para onde vamos

**Nº:** 1049

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Monteiro,  
Eng.º Vasconcelos da Cunha e  
Eng.<sup>a</sup> Sara Carrasqueiro

**Patrocinador:** Fundação Vodafone

Desde o Livro Branco de Jacques Delors “Crescimento, Competitividade, Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI”, publicado em Dezembro de 1993 que é comumente aceite a importância do desenvolvimento da sociedade da informação para o aumento da competitividade de um país nas suas múltiplas vertentes e, em particular, na componente industrial.

Essa mesma evidência sobressai no relatório Bangemann “A Europa e a Sociedade Global da Informação - Recomendações ao Conselho Europeu”, publicado em Maio de 1994, bem como no outro lado do Atlântico nos documentos produzidos sob a coordenação do Vice-Presidente Al Gore.

Em Portugal nunca se analisou com suficiente profundidade os contributos potenciais da Sociedade da Informação no aumento da competitividade da indústria portuguesa, nomeadamente na sua capacidade de inovar e de se adaptar a mercados progressivamente mais exigentes.

Com este estudo pretende-se sensibilizar os empresários portugueses para a importância dos investimentos em TIC como meio de aperfeiçoamento organizacional e de incentivo à inovação no tecido produtivo, geradores de aumentos de competitividade empresarial, sustentáveis numa economia em permanente mutação.

## A Competitividade da Indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da Sociedade da Informação

**Nº:** 2009

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Dr. Joaquim Azevedo

**Patrocinador:** KPMG

A Sociedade da Informação e do Conhecimento tem a faculdade de gerar benefícios incalculáveis para os cidadãos no acesso à Administração Pública, educação, cultura, investigação científica, cuidados de saúde interactivos, lazer e grande diversidade de meios de entretenimento.

Para que esses benefícios potenciais possam ser apropriados pelos cidadãos no seu dia-a-dia é necessário que estes tenham meios para aceder a esse enorme volume de informação de forma fácil, rápida e a custo acessível.

Apenas um mercado dinâmico e alargado tem condições de suportar os investimentos que estão na base dessa grande riqueza potencial de que os cidadãos serão os principais beneficiados, bem como naturalmente os restantes intervenientes no mercado.

Assim, identificar e assegurar os compromissos que conduzam ao desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento em Portugal é uma opção estratégica que contribuirá para o crescimento económico sustentado e a modernidade do país e, fundamentalmente, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A apresentação de uma proposta de carta de compromisso sobre a forma de uma carta aberta será integrada numa homenagem póstuma ao Dr. Raúl Junqueiro, primeiro coordenador desta iniciativa.

## Fazer crescer o mercado da Sociedade da Informação em Portugal

**Nº:** 2010

**Natureza:** Carta aberta

**Líder:** Direcção APDSI

A gestão de direitos digitais - GDD (DRM - *Digital Rights Management*) é uma questão complexa envolvendo aspectos técnicos, jurídicos, legislativos, de harmonização internacional, entre outros e abrangendo áreas como as tecnologias de base, interoperabilidade entre suportes e equipamentos, conteúdos, *standards* nucleares, segurança, facilidade de utilização.

Importa que a GDD assegure a liberdade de escolha dos consumidores e num contexto de concorrência alargada, o que passa por uma aceitação generalizada no mercado, condição essencial do estímulo económico e social, para a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de conteúdos e serviços on-line legais.

Embora o exercício dos direitos continue, em tese, a poder ser assegurado individualmente, a natureza intrínseca de produção digital e a diversidade dos modos da sua difusão, aliadas à evolução das tecnologias de comunicação e à multiplicação do número de utilizadores, impõe, na prática, um sistema de gestão colectiva dos direitos exclusivos.

Nesse sistema, os titulares de direitos autorizam as organizações de gestão colectiva a gerir os seus direitos, isto é, a vigiar as utilizações das suas obras, a negociar com os eventuais utilizadores, a conceder-lhes, mediante pagamento de uma remuneração apropriada, autorizações sujeitas a determinadas condições, e a gerir os proveitos daí decorrentes.

O estudo a desenvolver focar-se-á na análise situacional do tema, bem como na identificação das questões emergentes neste domínio.

## Gestão de Direitos Digitais (GDD)

**Nº:** 2053

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Dr. José Matos Pereira

**Patrocinador:** CTT

O interesse nas soluções de *Software* Livre tornou-se inquestionavelmente global. Vários países, regiões e organismos referem o recurso a este tipo de soluções nas suas directivas estratégicas. Outros vêem no *Software* Livre uma oportunidade importante de desenvolvimento local de uma indústria de *software*.

Hoje em dia existem muitas organizações, algumas de grande dimensão, a nível nacional e internacional, do foro privado ou da administração pública, cujos sistemas mais críticos de negócio recorrem com sucesso a soluções de *Software* Livre. Permanece no entanto ainda em muitos casos uma falta de informação clara e objectiva sobre o que é de facto o *Software* Livre, quais as oportunidades para a utilização deste tipo de soluções, quais as suas vantagens, fraquezas e que critérios objectivos devem presidir à sua adopção.

Será que o *Software* Livre deve ser visto como uma “moda passageira” que se esvanecerá a mais ou menos curto prazo? Será que se trata de uma opção credível que deverá ser ponderada pelos responsáveis sobre tecnologias de informação?

É chegada a altura de, na sequência do estudo elaborado pela APDSI em 2004, se avaliarem através de um *workshop* as oportunidades e os constrangimentos do *Software* Livre, ponderando sobre algumas das suas expectativas e realidades.

## *Software* Livre - Expectativas e realidades

**Nº:** 2054

**Natureza:** *Workshop*

**Líder:** Eng.º Luis Arriaga da Cunha

**Patrocinador:** IBM

Entende-se por parceria público-privada (PPP) o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.

Em todos os tipos de PPP coexistem em maior ou menor grau três dimensões: a económica, a social e a tecnológica, sendo que as finalidades essenciais são o acréscimo de eficiência na afectação de recursos públicos e a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço, induzida por formas de controlo eficazes que permitam a sua avaliação permanente por parte dos potenciais utentes e do parceiro público.

No âmbito das PPP incumbe ao parceiro público o acompanhamento e o controlo da execução do objecto da parceria, de forma a garantir que são alcançados os fins de interesse público subjacentes, e ao parceiro privado cabe o financiamento e o exercício e a gestão da actividade contratada, sendo que o parceiro público garante ao privado uma margem mínima de lucro no empreendimento, desde que o parceiro privado cumpra as exigências acertadas no contrato.

A favor das PPP refere-se à possibilidade de o sector privado transferir para o sector público características estimuladoras da inovação e de capacidade de gestão, a libertação de recursos para investimentos noutras áreas e, ainda, a distribuição de riscos entre as partes, procurando afectá-los à parte que tem os menores custos para os suportar.

## Parcerias Público-Privado (PPP) no contexto da Sociedade da Informação

**Nº:** 3057

**Natureza:** Conferência

**Líder:** Dr. Luis Nazaré

**Patrocinador:** EDINFOR - Fujitsu

A Administração Pública continua a ter grande dificuldade, e a induzir custos inadequados de contexto para os cidadãos e agentes económicos, sempre que está em causa a resolução de alguns dos processos básicos do nosso quotidiano.

As tecnologias da Sociedade da Informação vieram questionar muitas das formas de trabalhar e de resolver problemas da nossa vida, mas na maioria dos casos elas são utilizadas como simples forma de automatizar processos antigos e burocráticos da era do papel, mantendo intactas algumas das estruturas e métodos de trabalho.

A APDSI tem mantido viva a preocupação de apresentar propostas concretas de resolução dos problemas que se colocam na maioria dos processos básicos que embaraçam a vida dos cidadãos e dos agentes económicos.

Tem-se verificado a necessidade de repensar alguns dos processos básicos mais críticos identificados em alguns dos trabalhos anteriores promovidos pela APDSI, pois a tecnologia de hoje já não é um mero instrumento, mas uma nova forma de sonhar o nosso futuro.

A APDSI propõe-se levar a cabo um estudo aprofundado que seja capaz de mobilizar a criatividade dos seus sócios e contribuir para a reinvenção de um processo básico da Administração Pública de impacto na relação com os cidadãos e agentes económicos, com efeito demonstrativo e mobilizador.

## Reinventar um grande processo básico da Administração Pública

**Nº:** 3071

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Dr. Luis Vidigal

**Patrocinador:** Deloitte

Muitos dos serviços públicos são cada vez mais prestados no âmbito das regiões e das Autarquias, confirmando a tendência descentralizadora das modernas administrações públicas. Paralelamente aos serviços de proximidade, os cidadãos e as empresas exigem cada vez mais serviços em linha, que tirem partido de todas as potencialidades que a Sociedade da Informação hoje nos oferecem.

Desta forma a Administração Pública regional e local estará a dar um importante contributo para a sua desburocratização e transparência, para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e para o reforço da cidadania.

Com o objectivo de contribuir para a discussão do impacto da Sociedade da Informação no âmbito da administração pública regional e local e dos seus agentes, de modo a que o cidadão possa vir a ter acesso a cada vez mais e melhores serviços públicos *on-line*, a APDSI propõe-se organizar *workshops* sobre as perspectivas de desenvolvimento da Sociedade da Informação nas autarquias locais.

## Administração Pública Local - Perspectivas de desenvolvimento no âmbito da Sociedade da Informação

**Nº:** 3056

**Natureza:** *Workshop*

**Líder:** Prof. Carlos Zorrinho e  
Prof. Leonel Santos

**Patrocinador:** Siemens

O trabalho na sociedade da informação e do conhecimento tem-se caracterizado por uma mutação progressiva do analógico para digital e do paradigma da máquina para o paradigma da rede, relativizando os milenares constrangimentos de espaço e tempo.

Enquanto na sociedade industrial o trabalho se caracterizava pelo isolamento, pela rigidez de contexto, a rotina e a mecanização, na sociedade da informação e do conhecimento o trabalho é desempenhado em comunidade virtual, em interacção e conhecendo-se o seu contexto global.

Em vez de processos mecânicos, o trabalho em rede caracteriza-se por processos orgânicos, complexos e baseados em fluxos dinâmicos.

Os novos trabalhadores do conhecimento deixarão cada vez mais de usar canetas e papel, passando a autenticar trabalhos e decisões através de assinaturas electrónicas e a trabalhar lado a lado com processos decisórios distribuídos, automatizados por regras e algoritmos computacionais. O ambiente de trabalho destes novos trabalhadores será maioritariamente o Portal da organização a que pertence, em qualquer momento e em qualquer lugar, onde para além da resolução dinâmica de algumas rotinas quotidianas, como a simples justificação de faltas e a marcação de férias, todos reconhecerão as tarefas substantivas e mais ou menos críticas que lhes são cada vez mais solicitados neste novo ambiente (electrónico) de trabalho.

Este estudo pretende ser um contributo para a análise dos impactes dos novos ambientes digitais no mundo do trabalho e ajudar a identificar barreiras e contextos desajustados ao desenvolvimento de novas formas de trabalho na sociedade da informação e do conhecimento.

## Evolução do Analógico para o Digital no domínio do trabalho

**Nº:** 1024

**Natureza:** Estudo

**Líder:** Prof. António Brandão Moniz

A APDSI teve a sua Assembleia Geral Constituinte em Dezembro de 2001 e iniciou as suas actividades no começo de 2002, cinco anos depois de a Sociedade da Informação (SI) ter começado a ter visibilidade em Portugal e cinco anos depois da publicação do “Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal”.

Qualquer uma destas efemérides é digna de realce e a sua coincidência temporal, nos finais de 2006 e princípios de 2007, levou a APDSI a planear um conjunto de actividades destinadas a comemorar estes aniversários: dez anos da SI em Portugal, dez anos da publicação do Livro Verde e o seu próprio quinto aniversário.

Entre essas actividades destacam-se, desde já, as seguintes: a publicação de um livro sobre a SI em Portugal, uma conferência sobre os 10 anos da Sociedade da Informação em Portugal integrada no SITIC - Salão Internacional das Tecnologias da Informação e Comunicação - e uma conferência dedicada aos temas da inclusão.

## Comemorações dos “Dez anos da Sociedade da Informação em Portugal”

**Nº:** 9073

**Natureza:** Mista

**Líder:** Direcção APDSI

**Patrocinador:** Fujitsu Siemens - Oracle -  
Sun - IBM

**Prazo de execução:** 1º semestre 2007

# apdsi



associação para a  
promoção e desenvolvimento  
da Sociedade da Informação

### **3. CONCLUSÕES**

O programa de actividades deste ano prossegue na linha de continuidade das acções levadas a cabo em anos anteriores.

O esforço neste ano irá prosseguir no sentido de reforçar a solidez da APDSI pelo aumento da massa associativa individual e de uma melhoria da cobertura das empresas dos sectores das tecnologias da informação e das comunicações, da consultoria especializada nesses domínios e de algumas empresas dos *media*, como sócios institucionais, que já hoje apresenta indicadores notáveis.

A execução deste programa continua a representar um desafio à capacidade mobilizadora da sociedade civil. A sua concretização requer o envolvimento das entidades com capacidade financiadora sem as quais as actividades propostas ficarão inviabilizadas.

Os prémios “Personalidade do Ano da Sociedade da Informação”, “Editorial”, e Homenagem a “Uma Vida”, com patrocínios já assegurados e apoio de um grande órgão de comunicação social, irão continuar a dar um contributo decisivo para a mediatização dos objectivos da Associação. Idêntico resultado espera obter-se com a prossecução da actividade do “Grupo de Alto Nível”.

Não é forçoso que todas as iniciativas incluídas nesta proposta de programa sejam executadas. Será esclarecedor identificar aquelas que venham a receber apoio, na medida que esse próprio facto é indiciador da sua relevância para os agentes económicos, instituições públicas e Sociedade em geral.

Não é de excluir que algumas destas propostas sejam concretizadas através da mobilização de fundos da própria Associação, se houver capacidade para os gerar. Nesse sentido, a APDSI irá prosseguir uma política de atracção de ‘Patrocínios Globais’, não adstritos a actividades específicas, como forma de financiamento de iniciativas que pela sua natureza não devam ter patrocínios directos associados.

Iniciativas como o “Barómetro da Sociedade da Informação” ou o “Grupo de Alto Nível”, fazem parte desta categoria de actividades.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal será também o reflexo do empenho que a sociedade civil conseguir demonstrar. Estamos perante um desafio em que Portugal e a sua sociedade civil têm uma missão a desempenhar para assegurar o seu próprio futuro.

A prossecução deste conjunto de actividades representa o compromisso da APDSI com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o aumento de competitividade dos agentes económicos portugueses, que julgamos ser possível apenas através da absorção dos paradigmas da Sociedade da Informação e do Conhecimento, num contexto democrático e de economia aberta. Felizmente, esta mesma temática tem vindo a ter reflexo no discurso político. Neste contexto, o esforço da APDSI terá de ser intensificado para que esse discurso se concretize em acções.

**APDSI**  
ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA  
INFORMAÇÃO

Madan Parque - PCTAS  
Edifício VI, Campus da Caparica  
Monte de Caparica  
2829-516 Caparica - Portugal

Tel.: +351 212 949 606  
Fax: +351 212 949 607  
E-mail: [secretariado@apdsi.pt](mailto:secretariado@apdsi.pt)  
URL: [www.apdsi.pt](http://www.apdsi.pt)